A infância pobre no Brasil da Primeira República: um panorama das pesquisas

Poor childhood in Brazil of the First Republic: an overview of research

Fabiano Quadros Rückert*

Resumo: O artigo analisa a produção acadêmica brasileira a respeito da infância pobre na Primeira República a partir da consulta no banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). A introdução do texto trata da configuração de um campo de estudos sobre a História Infância no Brasil e aponta temas que ganharam projeção nas pesquisas realizadas nas décadas finais do século XX. A segunda seção descreve a metodologia adotada para a seleção da bibliografia, apresenta o conjunto total das dissertações e teses selecionadas e define categorias temáticas a partir do conteúdo das pesquisas. A terceira seção desenvolve a análise das categorias temáticas e concede especial atenção para as fontes documentais consultadas.
Palavras-chaves: Primeira República. infância pobre. Juízo de Órfãos.

Abstract: The article analyzes the brazilian academic production regarding poor childhood in the First Republic based on the consultation in the database of the Brazilian Digital Library of Dissertations and Theses (BDTD). The introduction of the text deals with the configuration of a field of studies on Childhood History in Brazil and points out themes that gained prominence in research carried out in the final decades of the 20th century. The second section describes the methodology adopted for the selection of the bibliography, presents the total set of selected dissertations and theses and defines thematic categories based on the research content. The third section develops the analysis of the thematic categories and pays special attention to the documentary sources consulted.
Keywords: First Republic. poor childhood. Judge of Orphans.

* Doutor em História. Professor Adjunto do Curso de História na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal. Professor Permanente do PPGE do Campus do Pantanal. E-mail: fabianoqr@yahoo.com.br

Introdução[**]

A delimitação de temporalidades no estudo dos fenômenos sociais é um procedimento inerente ao ofício historiográfico. Sem este procedimento, a interpretação das mudanças e continuidades decorrentes do processo histórico estaria comprometida e a História precisaria ser reinventada. Prática comum no que Michel De Certeau chamou de operação historiográfica (CERTEAU, 1982), a criação e o uso de temporalidades pelos historiadores produz, de forma implícita ou explícita, importantes interferências nas interpretações elaboradas sobre o passado.

No caso específico deste artigo, quando delimitamos a Primeira República como o marco cronológico de análise, estamos cientes de que este período histórico do Brasil não pode ser compreendido sem a existência de múltiplas temporalidades. Neste sentido, o recorte cronológico adotado é um procedimento artificial e não anula outras possibilidades de narrativa sobre a história da infância pobre no Brasil.

Uma vez que reconhecemos a artificialidade do recorte cronológico adotado, importa refletirmos, ainda que de forma sucinta, sobre o desenvolvimento dos estudos a respeito da história da infância no Brasil. Segundo Moura e Arend (2016), a aproximação dos historiadores brasileiros com a infância foi antecedida de pesquisas procedentes de outras áreas acadêmicas, como a Antropologia Social, as Ciências Sociais, a Pedagogia, a Psicologia, o Serviço Social e o Direito. Na sua etapa inicial, que corresponde à década de 1970, as pesquisas históricas sobre a infância no Brasil foram influenciadas pelo marxismo e já sinalizavam um interesse pelas crianças "das camadas menos favorecidas da população (MOURA; AREND, 2016, p. 43)." Nos dois decênios finais do século XX, dentro de um contexto de intensas discussões sobre o papel do Estado e da sociedade no enfrentamento da pobreza infantil, essa tendência se acentuou.

Inseridos nos debates historiográficos internacionais, os historiadores brasileiros interessados na infância, incorporaram nas suas pesquisas temas e

[**] Este trabalho contou com o apoio da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. O estudo é parte do Projeto intitulado "Escolarização e Cidadania no Brasil Republicano".

problemas procedentes de diferentes matrizes historiográficas. A clássica obra de Philippe Ariès, intitulada *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*, publicada originalmente em 1960, foi impressa pela primeira vez no Brasil em 1978 e colocou em pauta a discussão sobre "as idades da vida" e o papel da família na construção social da infância. Na mesma época em que Ariès ganhava projeção na academia brasileira, os estudos de Michel Foucault sobre o poder e os dispositivos de controle social fomentaram o desenvolvimento de pesquisas a respeito de instituições voltadas para o atendimento das crianças pobres. Ariès e Foucault foram dois autores importantes na composição de um campo de pesquisas históricas sobre a infância no Brasil.

Dialogando com pesquisas procedentes do exterior e observando pautas sociais específicas da realidade nacional – dentre as quais, a pobreza e a violência sempre ocuparam lugar relevante – os historiadores brasileiros desenvolveram pesquisas sobre a infância concedendo especial atenção para temas como

> [...] o abandono das crianças, as formas de amparo, proteção e institucionalização das práticas assistenciais a elas endereçadas; a violência inerente à escravidão; as crianças negras e suas experiências na condição de ingênuas, assim como Brasil pós-1988; os altos índices de ilegitimidade na população brasileira; as dificuldades das famílias em manter os filhos; a prática da tutela, assim como do aborto e do infanticídio; a visibilidade que a criança obteve, nas próprias ruas, à medida que o Brasil adquiria expressão urbana, [...]; o longo processo de constituição dos direitos das crianças e respectivas garantias; as sucessivas gerações de crianças que se viram reféns das práticas punitivas do Estado e dos desdobramentos do termo menor, para aquém do seu sentido jurídico, em rótulos carregados de estigmas (MOURA; ARENDT, 2016, p. 43).

Na citação destacada acima, é possível identificar um conjunto de temas recorrentes na historiografia brasileira a respeito da infância e, particularmente, da infância pobre. Percebe-se também uma multiplicidade de formas de enfrentamento da pobreza infantil e a coexistência de ações procedentes do poder público e da sociedade civil no atendimento dos menores de idade.

Diante do que foi exposto nesta introdução, e considerando que a finalidade do artigo consiste em construir um panorama das pesquisas acadêmicas sobre a infância pobre na Primeira República, adotamos os seguintes procedimentos para seleção da bibliografia: (1) uso dos termos

"infância pobre" e "juízo de órfãos" para localização de pesquisas no banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); (2) a exclusão das pesquisas indicadas pela BDTD que não se enquadram no recorte cronológico da Primeira República; (3) composição de um Quadro com as Dissertações e Teses selecionadas e análise do conjunto; (4) identificação de categorias temáticas recorrentes nas pesquisas e (5) análise de conteúdo, com ênfase nos procedimentos e nas fontes documentais consultadas pelos pesquisadores. Os resultados dos procedimentos (1), (2), (3) e (4) serão apresentados na próxima seção do artigo. Os resultados do procedimento (5) serão apresentados na seção final deste estudo.

A infância pobre no Brasil da Primeira República: metodologia da revisão bibliográfica

Uma revisão bibliográfica sempre implica escolha das obras que serão analisadas. E toda escolha, por sua vez, implica definição de um critério. No caso específico do estudo que originou este artigo, o critério adotado foi a consulta na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). O banco de dados da BDTD está sendo constantemente ampliado pela incorporação de novas pesquisas, e no mês de julho de 2020, quando foi realizado o levantamento, contava com 465.164 dissertações e 169.693 teses.

No sistema de busca da BDTD, com o termo "infância pobre" localizamos 194 obras e com o termo "juízo de órfãos" localizamos 25, totalizando 219 pesquisas. Nesta consulta inicial, não fixamos distinção entre dissertações e teses. Na concepção que orientou a revisão da bibliografia, dissertações e teses são textos que, apesar de distintos, são produtos de pesquisas acadêmicas e compartilham de elementos em comum, dentre os quais destacamos a delimitação espacial e cronológica da abordagem, uma empiria na seleção e coleta de dados, o uso de referenciais teóricos e a exposição e discussão textual dos resultados.

Visando alcançar um panorama geral da produção científica sobre a infância pobre, optamos por não usar o recurso do filtro por área acadêmica, oferecido pela BDTD. A leitura dos títulos e dos resumos das 219 pesquisas

permitiu identificar as que se enquadram no marco cronológico do nosso interesse, a Primeira República.

Depois de proceder a triagem, por meio da identificação de casos de duplicidade gerados pelos termos da consulta e da exclusão de todas as dissertações e teses que cronologicamente remetiam para outros períodos históricos, identificamos um conjunto de 19 pesquisas, sendo 13 dissertações e 6 teses.

Cabe ressaltar que, durante a triagem das pesquisas, optamos por flexibilizar o marco cronológico convencional da Primeira República, a fim de incluir na revisão bibliográficas três estudos que abordam o tema da infância pobre a partir de 1888 e uma pesquisa cujo marco final de temporalidade é 1933. No primeiro caso, a flexibilização foi necessária porque a abolição da escravidão criou uma situação jurídica nova para os libertos e para os ingênuos (os filhos de mães escravas que nasceram no período entre a promulgação da Lei do Ventre Livre e promulgação da Lei Áurea). No segundo caso, a flexibilização foi necessária para incluir na revisão uma pesquisa centrada nas ideias e na atuação profissional do jurista José Cândido de Albuquerque Mello Mattos, um dos principais intérpretes da menoridade penal na Primeira República. No **Quadro 1** apresentamos as pesquisas selecionadas.

Quadro 1: conjunto de dissertações e teses selecionadas

AUTOR/ANO	TÍTULO	TIPO	ÁREA	UNIVERSIDADE
SILVA, 2005	A policlínica das crianças da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro: filantropia e saúde (1909-929)	Dissertação	História das Ciências e da Saúde	Fundação Oswaldo Cruz
BARROS, 2014	Órfãos pobres, desvalidos, "ingênuos ou menores?": infâncias "perigosas" e a vigilância dos Juízos de Órfãos de Pernambuco (1888- 1892)	Dissertação	História	Universidade Federal de Pernambuco
COSTA, 2015	Em torno do berço: discursos sobre a educação da infância pobre parahybana no Jornal A Imprensa (1912-1922)	Dissertação	Educação	Universidade Federal da Paraíba
SCREMIN, 2009	Pobre coração de Maria = assistência e educação de meninas desvalidas em fins do século XIX e início do século XX	Dissertação	Educação	Universidade Estadual de Campinas

MURAMOTO, 2016	Assistência e educação: as iniciativas católicas na educação paulista no início do século XX	Dissertação	Educação	Universidade de São Paulo
MUNIZ NETO, 2014	Em defesa da sociedade: práticas de tutela à menoridade na Fortaleza Belle Époque	Dissertação	Psicologia	Universidade Federal do Ceará
VIEIRA, 2016	Asilo de órfãos de Santos: assistência à infância desvalida 1889-1914	Dissertação	Educação	Universidade Católica de Santos
PINHEIRO, 2013	A infância nas páginas de jornal: discursos (re) produzidos pela imprensa paraense na primeira década do século XX	Dissertação	Educação	Universidade Federal do Pará
PESSOA, 2010	Infância e trabalho dimensões do trabalho infantil na cidade de Manaus (1890-1920)	Dissertação	História	Universidade Federal do Amazonas
CORRÊA, 2017	A infância em processos judiciais em Belém do Pará: da criminalidade aos discursos jurídico-assistencialistas para a educação do menor desvalido (1890-1930)	Dissertação	Educação	Universidade Federal do Pará
CARDOZO, 2011	*Enredos tutelares*: o Juizado de Órfãos e a (re)organização da família porto-alegrense no início do século XX	Dissertação	História	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
REZENDE, 2012	*Os órfãos da Cidade do Látex (1897-1923).*	Dissertação	História	Universidade Federal do Amazonas
CASTILHO, 2018	*Liberdade vigiada*: tutelas e órfãos em Pindamonhangaba/SP (1888-1892)	Dissertação	História	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RIBEIRO, 2018	Imagens embriagadas: a cruzada das crianças – Barbárie e reencantamento do mundo	Tese	Educação	Universidade Federal de Pelotas
PINHEIRO, 2014	O magistrado paternal: o Juiz Mello Mattos e a assistência e proteção à infância (1924-1933)	Tese	História	Fundação Oswaldo Cruz
BASTOS, 2012	Nas malhas do judiciário = menores desvalidos em autos de tutoria e contato com órfãos em Bragança - SP (1889-1927)	Tese	Educação	Universidade Estadual de Campinas
PINHEIRO, 2017	O Instituto Orfanológico do Outeiro: assistência, proteção e educação de meninos órfãos e desvalidos em Belém do Pará	Tese	Educação	Universidade Federal do Pará

	(1903-1913)			
SABINO, 2019	Infância pobre e educação no juízo de órfão do Pará (1870-1910): acolher, proteger, cuidar e educar "os filhos do estado"	Tese	Educação	Universidade Federal do Pará
VERA, 2011	A invenção da infância: as políticas públicas para a infância em Pernambuco (1906-1929)	Tese	História	Universidade Federal de Pernambuco

Fonte: Elaboração do autor.

Observando o ano de conclusão das pesquisas, é possível constatar um crescimento no interesse pelo tema da infância pobre na Primeira República no decênio de 2010 a 2020, sendo que apenas duas das dezesseis obras listadas foram concluídas no período anterior à 2010. A dissertação de Silva (2005) é a mais antiga da série, e a tese de Sabino (2019), a mais recente.

O banco de dados da BDTD contém somente pesquisas defendidas em Programas de Pós-Graduação a partir de 2002, ano de criação da primeira versão da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.[1] Neste sentido, importa ressaltarmos duas limitações decorrentes do método que adotamos para a seleção da bibliografia. São elas: a ausência de pesquisas sobre a infância pobre na Primeira República, produzidas antes de 2002; e a ausência de pesquisas apresentadas textualmente na forma de artigos.

As referências bibliográficas das 19 pesquisas listadas no **Quadro 1** incluem obras relevantes sobre a História da Infância no Brasil publicadas na década de 1990 (DEL PRIORE, 1991; RIZZINI, 1997; MARCÍLIO, 1998; KUHLMANN JR.,1998; VIANNA, 1999); além de diversos trabalhos de Michel Foucault (FOUCAULT, 1996; 2003; 2007; 2009), do estudo de Goffman sobre manicômios, prisões e conventos (GOFFMAN, 2007) e do clássico estudo de Philippe Áries sobre a história da infância e da família no Antigo Regime (ÁRIES, 1981).[2]

No que diz respeito à área acadêmica de procedência das pesquisas, constatamos que 6 dissertações e 4 teses foram produzidas em Programas de

[1]A versão atual da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) foi implantada em 2006.

[2] Cabe advertir que algumas obras apontadas neste parágrafo possuem mais de uma edição. Neste artigo, optamos por inserir as edições as mais recorrentes na bibliografia das dissertações e teses consultadas.

Pós-Graduação em Educação; 6 dissertações e 2 teses procedem de Programas de Pós-Graduação em História e 1 dissertação procede da área da Psicologia. O predomínio de pesquisas realizadas no âmbito da Educação é um indicativo da existência de um interessante diálogo entre historiadores e educadores.

Quanto à procedência institucional, os dados indicam que o tema da infância pobre na Primeira República foi contemplado por diferentes instituições de Ensino Superior, com destaque para a Universidade Federal do Pará que produziu cerca de 25% do total de pesquisas sobre o tema identificadas na BDTD.

Dentro do escopo mais amplo da infância pobre na Primeira República, as dissertações e teses selecionadas foram agrupadas em 6 categorias temáticas. São elas: (i) Juízo de Órfãos e tutela de crianças pobres; (ii) instituições asilares; (iii) políticas públicas para a infância; (iv) atendimento médico à infância pobre; (v) educação e trabalho infantil; (vi) imprensa e infância pobre.

Na sequência deste estudo, apresentamos as particularidades das categorias supramencionadas e analisamos os principais aspectos das pesquisas selecionadas.

Juízo de Órfãos e tutela de crianças pobres

Do conjunto de dissertações e teses selecionados na BTDT seis pesquisas abordam a atuação do Juízo de Órfãos no atendimento às crianças pobres na Primeira República. Nesta categoria, predominam abordagens com escalas espaciais regionais: Bragança (BASTOS, 2012); Pernambuco (BARROS, 2014); Porto Alegre (CARDOZO, 2011); Pindamonhangaba (CASTILHO, 2018); Fortaleza (MUNIZ NETO, 2014); Belém (REZENDE, 2012; CORRÊA, 2017 e SABINO, 2019).

Observando o fator espacialidade, é fácil constatar que poucas cidades do interior foram contempladas pelas pesquisas supramencionadas. Com exceção da tese de Bastos que explora o Juízo de Órfãos em Bragança (BASTOS, 2012), da dissertação de Castilho que aborda o mesmo tema em Pindamonhangaba (CASTILHO, 2018) e da dissertação de Scremin (2009) que trata de um asilo para meninas órfãs fundado em 1896, em Piracicaba, as demais pesquisas listadas no **Quadro 1** contemplam capitais estaduais e o Distrito Federal. Neste

sentido, acreditamos ser pertinente a ampliação das pesquisas sobre a infância pobre no interior do Brasil.

Todas as dissertações e teses enquadradas na categoria tratam da tutela de menores pobres e da instituição judiciária responsável pelo regime tutelar, o Juízo de Órfãos. Dentro deste escopo mais amplo, os pesquisadores analisam subtemas como o abandono e a violência contra os menores; o trabalho infantil; a construção de discursos sobre a menoridade; os procedimentos judiciais que determinavam a concessão ou revogação da tutela; o perfil dos tutores; pedidos de emancipação; a criminalidade infantil; a educação das crianças pobres; a situação dos ingênuos no pós-abolição e o contexto de acentuada discriminação racial que marcou as primeiras décadas do regime republicano no Brasil.

A diversidade de subtemas contemplados não nos impede de observar a influência de Foucault no conjunto das pesquisas enquadradas na categoria *Juízo de Órfãos e tutela de crianças pobres*. Vejamos quatro exemplos desta influência: Cardozo (2011) usou Foucault para interpretar o papel do judiciário na implantação da chamada "sociedade disciplinar" e nas "construções discursivas" produzidas a respeito da família e educação dos menores de idade. Barros (2014) interpretou o Juízo de Órfãos como um "dispositivo de poder" direcionados para a vigilância e controle de crianças pobres. Bastos (2012) usou os conceitos focaultianos de "biopolítica", "biopoder" e "medicalização" para analisar as intervenções – desejadas ou efetuadas – pelo Juizado de Órfãos de Bragança (SP) na sociedade local. Muniz Neto (2014), por sua vez, buscou em Foucault subsídios para abordar práticas que possibilitaram a "governamentalidade" da infância pobre em Fortaleza na transição do século XIX para o XX.

A influência de Foucault no desenvolvimento de estudos sobre a infância pobre na Primeira República não pode ser dissociada do tipo de fonte documental predominantemente consultada nas pesquisas enquadradas nesta categoria. Para compreender a estrutura e o funcionamento do Juízo de Órfãos os pesquisadores priorizaram documentos produzidos pelo Judiciário no exercício das suas atribuições[3] – documentos que pela procedência institucional

[3]Dentre os documentos consultados pelas pesquisas enquadradas na categoria *Juízo de Órfãos e tutela de crianças pobres* constam: (i) Autos cíveis de tutoria e contrato de órfãos; (ii) Autos de justificação de tutela; (iii) Livros de registro de órfãos; (iv) Inquéritos policiais envolvendo

registravam disparidades entre o poder estatal e os sujeitos participantes dos processos judiciais. E as disparidades também se manifestavam entre as partes envolvidas no regime da tutela, na medida em que tutelados e tutores não tinham os mesmos direitos.

As três pesquisas que tratam da infância pobre em Belém da Primeira República (REZENDE, 2012; CORRÊA, 2017 e SABINO, 2019) são exemplos de como o recorte cronológico fixado pelo pesquisador interfere na abordagem e na interpretação do objeto. Rezende (2012) pesquisou a tutela e a situação dos tutelados no período entre 1897 e 1923. Dentro deste hiato de tempo, a autora analisou as relações entre infância, trabalho e cidadania na capital do Pará registradas nas Justificações para Tutela. Na dissertação de Rezende, a opção por uma temporalidade que contempla a maior parte da Primeira República possibilitou a análise de um maior número de processos e permitiu a observação de mudanças graduais na organização e no funcionamento do Juízo de Órfãos. Corrêa (2017) fixou o período entre 1890 e 1930 como marco cronológico para tratar da criminalidade infantil e concedeu especial atenção para o Código Penal de 1890 e para os processos judiciais que envolviam menores de idade na Belém dos primeiros decênios da República. Sabino (2019), por sua vez, fixou o período entre 1870 e 1910 como marco cronológico da sua pesquisa e investigou a situação dos ingênuos, antes e depois da Lei Áurea. Neste caso específico, o interesse da pesquisadora pelos ingênuos e pela inserção deste grupo de menores de idade no pós-abolição foi um fator determinante para a escolha do marco cronológico.

A dissertação de Barros (2014), focada no Juízo de Órfãos de Pernambuco, contempla um período cronológico, localizado entre o 13 de maio de 1888, data de promulgação da Lei Áurea, e o final do ano 1892. O foco da investigação incide nas relações que se estabeleceram entre a infância pobre, a delinquência e a questão racial nos primeiros anos do pós-abolição. O autor constatou que o regime da tutela, apesar de ser controlado pelos magistrados, envolvia outras esferas do poder público, como a polícia e a Casa dos Expostos, e

menores; (v) Processos Judiciais decorrentes de crimes cometidos por menores de idade; (vi) Relatórios emitidos pelo Judiciário; (vii) Relatórios Provinciais/Estaduais e (viii) matérias da imprensa; (ix) leis, regulamentos institucionais e projetos de leis.

concluiu que a imprensa pernambucana concedeu especial atenção para a situação das crianças pobres e tuteladas. Barros (2014, p. 165-166) afirma que em Pernambuco, a transformação dos ingênuos em menores de idade libertos, decorrente da Lei Áurea, gerou temores que foram registrados pela imprensa e pela documentação do Juízo de Órfãos.

A opção por um recorte cronológico curto e o interesse pelo contexto inicial do pós-abolição também está presente na pesquisa desenvolvida por Castilho (2018), autor de uma dissertação sobre as Ações de Tutela no município de Pindamonhangaba, São Paulo, no período entre 1888 e 1892. Castilho observou que a abolição provocou um crescimento nos pedidos de tutela e identificou dois fatores que influenciaram neste crescimento: de um lado, pesou o interesse dos antigos proprietários de escravos em manter sob seu controle os menores de idade que até a promulgação da Lei Áurea eram juridicamente chamados de ingênuos; do outro lado, estava o interesse das mães que acionaram a justiça para contestar tutelas concedidas arbitrariamente e para reivindicar o direito da guarda materna. Segundo Castilho (2018, p. 37): "A criança pobre e descendente da senzala era o perfil procurado pelos tutores no pós-abolição em Pindamonhangaba. Os ingênuos foram os mais solicitados pelos tutores. A tutela majoritariamente se deu sobre os filhos de ex-escravas." Os dados analisados por Castilho indicam que o movimento para obter o direito de tutela feito pelos antigos proprietários de escravos foi mais expressivo; no entanto, as ações judiciais movidas pelas mães de ingênuos possuem um valor diferenciado porque ressaltam o protagonismo das mulheres negras no pós-abolição.

A dissertação de Cardozo (2011) sobre o Juízo de Órfãos e os menores tutelados na cidade de Porto Alegre contempla as primeiras décadas do século XX. Sem desconsiderar a influência da urbanização e das ideias europeias no comportamento social das elites brasileiras, o autor investigou as intervenções do Juízo de Órfãos na organização familiar porto-alegrense e destacou a preocupação desta instituição judiciária com a educação e a saúde das crianças pobres na capital do Rio Grande do Sul. A pesquisa de Cardozo, baseada em 823 processos de tutela, apresenta um expressivo volume de dados sobre o perfil dos

tutores e dos tutelados e analisa os procedimentos adotados pelos magistrados responsáveis pela concessão ou supressão da tutela.[4]

Instituições asilares

Nas primeiras décadas do regime republicano, o poder público foi gradualmente ampliando a sua atuação no atendimento das crianças pobres, fossem estas órfãs ou abandonadas. Uma parte desta atuação era competência do poder judiciário e, mais especificamente, do Juízo de Órfãos. Outra parte estava diluída nas instituições asilares que atendiam crianças pobres em diferentes localidades do Brasil.

Na consulta realizada na BDTD, localizamos quatro pesquisas que tratam de instituições asilares para menores de idade no Brasil da Primeira República. A quantidade é pequena, sobretudo se considerarmos a importância que as instituições asilares, popularmente conhecidas como orfanatos, possuíram no Brasil na transição do século XIX para o XX.

Observando a área acadêmica de procedência das pesquisas que formam a categoria *Instituições asilares*, constatamos que elas foram produzidas em Programas de Pós-Graduação em Educação e, consequentemente, identificamos um tema que não recebeu a devida atenção dos pesquisadores da área de História. Felizmente, a construção de narrativas sobre o passado e a interpretação do processo histórico não é um monopólio dos historiadores e outras áreas acadêmicas oferecem importantes contribuições para a compreensão do passado. No caso específico das dissertações e da tese enquadradas na categoria *Instituições asilares,* percebe-se a existência de um produtivo diálogo entre a Educação e a História.

A tese de Vieira (2006) trata das práticas assistenciais e educativas promovidas pelo Asilo de Órfãos de Santos no período entre 1899 e 1914. Esta instituição asilar atendia meninos e meninas e foi criada pela Associação Protetora da Infância Desvalida.[5] Vieira consultou Livros de Matrículas; Atas de Reuniões, Estatutos, Relatórios e Regimentos para compreender as condições

[4] Para analisar a atuação dos magistrados do Juízo de Órfãos de Porto Alegre, Cardozo buscou subsídios teóricos em Foucault (2003; 2007; 2009) e em Bourdieu (1983; 1996; 2008 e 2009).
[5] A Associação Protetora da Infância Desvalida reuniu membros da elite paulista interessados na promoção da filantropia.

de funcionamento do Asilo, os procedimentos administrativos, a rotina institucional e o perfil das crianças atendidas. Ele também consultou um livro de memórias, escrito por Irmãs da Congregação do Puríssimo Coração de Maria. O autor constatou o Asilo de Órfãos de Santos transitou de um modelo assistencial predominantemente caritativo para um modelo que incorporou fundamentos científicos, por meio da inclusão de princípios médicos-higienistas. A pesquisa de Vieira, apesar de baseada na documentação do Asilo de Órfãos de Santos, apresenta elementos importantes para a para a história da infância pobre no Brasil, dentre estes elementos, importa destacarmos a preocupação com o ensino de uma profissão para os meninos[6] e a existência de uma ampla rede de colaboradores composta pelos membros da Associação Protetora da Infância Desvalida, pelas Irmãs da Congregação do Puríssimo Coração de Maria e por cidadãos voluntários (professores, músicos, médicos, artesãos) que colaboravam no atendimento dos internatos.

Na mesma época em que o Asilo dos Órfãos de Santos iniciava o seu trabalho no

atendimento da infância pobre, na cidade de Campinas, no interior de São Paulo, a ordem religiosa das Irmãs Franciscanas do Coração de Maria participava da criação do Asilo de Nossa Mãe, uma instituição fundada em 1896 e voltada para o atendimento das meninas desvalidas. A história desta instituição e o trabalho assistencial e educativo que ela realizou constituem-se nos temas centrais da dissertação de Scremin (2009). Partindo de dados sobre o ensino escolar em Piracicaba e analisando documentos produzidos pelo Asilo e pela imprensa local, o autor abordou as diferentes propostas de assistência às crianças pobres existentes no Brasil da Primeira República. Um dos aspectos interessantes desta pesquisa é a constatação de que a municipalidade de Piracicaba se demonstrou resistente em cooperar com o Asilo de Nossa Mãe e indeferiu os pedidos de concessão de ajuda encaminhado pelos religiosos que administravam a instituição.[7] A resistência da Câmara em cooperar e a postura crítica da imprensa em relação ao trabalho assistencial, feito pelos missionários

[6] Constava no Estatuto do Asilo de Órfãos de Santos a intenção de assegurar para os internatos a oportunidade do aprendizado de um ofício. Para atingir este objetivo, em 1908 a Associação Protetora da Infância Desvalida criou o Instituto Dona Escolástica Rosa para atender os meninos do Asilo (VIERIA, 2006, p. 121-122).

[7]Segundo Scremin (2009, p. 67), foi somente em 1913 que a Câmara Municipal de Piracicaba iniciou a concessão de um auxílio financeiro para o Asilo de Nossa Mãe.

católicos em Piracicaba, são partes de uma trama mais complexa: uma trama de embate entre a educação confessional católica e a educação laica e cientificista defendida pelos republicanos. No que diz respeito às práticas cotidianas, Scremin afirma que o Asilo de Nossa Mãe era uma instituição conservadora que adotava procedimentos rígidos para incutir nas meninas do internato os valores considerados relevantes pela Igreja Católica. Nas palavras do autor: "A instituição era disciplinar, vigilante, nos seus modos de organização, nas tarefas realizadas pelas alunas, como também nos métodos disciplinares estabelecidos para guiar as atitudes das meninas." (SCREMIN, 2009, p. 119)

A dissertação de Muramoto (2016) trata do asilo para meninas desvalidas, criado e mantido pela Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência, na cidade de São Paulo, no período entre 1903 e 1923. Na capital do estado mais rico da federação, as irmãs da Congregação criaram um pequeno asilo no bairro da Mooca e iniciaram o trabalho de assistência e educação às meninas pobres. A manutenção do orfanato das Pequenas Irmãs na Mooca e o sustento das crianças acolhidas dependiam da filantropia que se materializava nos donativos, subvenções e esmolas recebidas da comunidade. Neste sentido, a instituição asilar investigada por Muramoto estava conectada como uma rede filantrópica que permitiu o acolhimento e a educação de meninas desvalidas na cidade de São Paulo.

Completando o conjunto de pesquisas reunidas na categoria *Instituições asilares,* a tese de Pinheiro (2017) aborda, pelo viés da História da Educação, o trabalho realizado pelo Instituto Orfanológico do Outeiro, localizado em Belém. Esta instituição asilar foi criada em 1903, por iniciativa do governo estadual do Pará, e extinta em 1913. Na sua breve existência, ela promoveu ações voltadas para educação dos internatos, seguindo um modelo que priorizava a preparação para o trabalho e o ensino de valores morais, cívicos e nacionalistas. O autor consultou documentos da instituição, matérias da imprensa e mensagens do governo estadual para compreender o funcionamento do Instituto Orfanológico do Outeiro, sobretudo nas suas práticas educativas. Pinheiro afirma que as atividades promovidas pelo Instituto (alimentação dos internatos, atendimento médico, exercícios físicos, ensino escolar, etc.) estavam baseadas em discursos ideológicos que enfatizavam a necessidade de preparar cidadãos fortes, saudáveis, disciplinados e aptos para o trabalho (PINHEIRO, 2017, p. 195-196).

Políticas públicas para infância

Esta categoria é composta por uma única pesquisa. Trata-se da tese de Moura sobre as políticas de atendimento à infância, discutidas e implementadas em Pernambuco, durante a Primeira República (MOURA, 2011). Nesta tese, a autora usa um amplo conjunto de fontes documentais para investigar o desenvolvimento de uma preocupação com infância, e, particularmente, com a infância pobre.[8]A maior parte dos documentos consultados por Moura contém informações sobre a situação da infância no estado de Pernambuco. Contudo, percebe-se no texto o empenho da autora em articular os fatos locais com a conjuntura nacional.

Dentro do escopo definido pela autora, a tese de Moura contempla temas como a construção do discurso médico sobre a infância; a valorização da puericultura e da higiene infantil; a eugenia; a inspeção escolar; a discussão entre os juristas sobre a criminalidade infantil; as práticas de caridade voltadas para o atendimento das crianças pobres, dentre outros. De forma direta ou indireta, estes temas apontam para a crescente influência do saber médico no comportamento da sociedade e na produção de percepções sobre a infância ideal e a infância desvalida.

A pesquisa destacou a confluência de ações filantrópicas com ações do poder público, voltadas para a infância. Esta confluência, movida por uma preocupação em comum, apesar de incluir divergências entre as prioridades públicas e privadas, resultou no que a autora chamou de "aparelhamento da assistência à infância". Segundo Moura (2011, p. 77), o aparelhamento "consistia na articulação da assistência privada com a estatal, em que os filantropos, principalmente os médicos, líderes da cruzada infantil, cobravam dos poderes governamentais mais ação na Assistência dirigida à infância pobre."

[8] Dentre os documentos consultados por Moura, constam: matérias sobre a infância publicadas na imprensa da Primeira República; Anais do Congresso Médico de Pernambuco (1909); Anais do Quinto Congresso Brasileiro de Higiene (1929), Anais da Assembleia Legislativa de Pernambuco; Atas do Conselho Municipal de Recife e Prontuários do Departamento de Saúde e Assistência do governo de Pernambuco.

Atendimento médico à infância pobre

Nesta categoria, inserimos a dissertação de Silva (2015) a respeito das relações entre filantropia e saúde na Policlínica das Crianças da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. Cronologicamente, a pesquisa contempla o período entre 1909 e 1929. A pesquisa destaca a importância da filantropia na construção do Hospital José Carlos Rodrigues, também conhecido como a Policlínica das Crianças e aborda as particularidades deste estabelecimento médico. Empresas e membros da elite brasileira contribuíram para construção do prédio da Policlínica das Crianças e participaram de campanhas que possibilitaram a aquisição dos equipamentos importados da Europa. Na lista de subscrição dos doadores, Silva identificou diversas empresas de importação e estrangeiros realizando donativos para o projeto de criação da Policlínica das Crianças e enfatizou a existência de uma relação entre a filantropia e a legitimação social dos doadores. Para incentivar as doações, foram oferecidos benefícios. Segundo Silva (2015, p. 71):

> Incentivos foram criados para motivar as doações que se distinguiam de acordo com o valor doado, caso a quantia ofertada fosse igual ou superior à 1:000$ o nome do benfeitor seria gravado em uma lápide e afixado à sala de honra; as doações de 20:000$ representavam o direito à um leito perpétuo que teria o nome do doador e teria os pacientes ocupantes indicados pelo mesmo.

A dissertação de Silva também analisou a posição da imprensa sobre a mobilização filantrópica que resultou na inauguração da Policlínica das Crianças e apresentou números que comprovam a existência de uma demanda por atendimento médico entre os setores mais pobres da população do Rio de Janeiro.

Educação e trabalho infantil

A classificação das pesquisas sobre a infância pobre na Primeira República em categorias temáticas não impede que determinados assuntos marquem presença em mais de uma categoria. O trabalho infantil é um destes assuntos que pode ser encontrado em diversas obras listadas no **Quadro 1**. A preocupação com a exploração da mão de obra das crianças foi observada nos documentos do Juízo de Órfãos, no discurso dos médicos, nas matérias da imprensa e nas práticas cotidianas das instituições asilares que atendiam as

crianças desvalidas. Neste sentido, a revisão bibliográfica nos permite afirmar que ao lado da pobreza, o trabalho infantil foi um eixo estruturador das representações sobre a infância pobre no Brasil da Primeira República. Contudo, apesar da sua recorrência, o trabalho infantil se configurou como tema principal em apenas duas pesquisas localizadas na BDTD. São elas: a dissertação de Pessoa (2010) sobre a infância na cidade de Manaus no período entre 1890 e 1920; e a tese de Ribeiro (2018) sobre o Patronato Agrícola Visconde da Graça, fundado em Pelotas, no Rio Grande do Sul, em 1923. A primeira obra procede de um Programa de Pós-Graduação em História e a segunda de um Programa de Pós-Graduação em Educação. Apesar da diferença na procedência da área acadêmica, os dois estudos exploram fontes documentais e adotam procedimentos típicos da pesquisa histórica.

Pessoa investigou o papel da imprensa de Belém na propagação de ideias que associavam a falta de trabalho à vadiagem e reforçavam a necessidade do ensino de ofícios para crianças pobres. A autora constatou que a imprensa usava expressões pejorativas para tratar das crianças pobres e tratava de forma mais respeitosa as crianças de outras classes sociais (PESSOA, 2010, p. 14). Buscando informações sobre os tipos de ofícios exercidos pelas crianças pobres e sobre as condições de trabalho que enfrentavam, Pessoa também consultou documentos do Juízo de Órfãos e documentos do Instituto Affonso Penna e do Instituto Benjamin Constant. Dialogando com o campo da História da Educação e com a História Social, Pessoa apresentou um interessante panorama sobre as precárias condições de sobrevivência das crianças pobres na Manaus da Primeira República e destacou as estratégias criadas por este segmento social para mitigar os efeitos da pobreza – estratégias que muitas vezes reprimidas pela polícia.

As conclusões de Pessoa a respeito da relação entre o Juízo de Órfãos e o trabalho infantil em Manaus possuem similaridades com as pesquisas abordadas na primeira categoria temática deste artigo. Assim como ocorreu em outras partes do Brasil, na capital do Amazonas, o Juízo de Órfãos institucionalizou o trabalho infantil, embora não fosse esta a sua finalidade. A respeito deste assunto, a autora afirma que:

> [...] alguns membros do juizado percebiam que a atuação da instituição estava a contribuir para essa exploração e se ressentiam por causa dessa situação, sendo que muitas vezes voltavam atrás em suas decisões anulando tutelas indevidas. A instituição reconhecia que a busca pela tutela de crianças em muito se distanciava dos sentimentos humanitários, que o motivo da maioria dos pedidos era a possibilidade de aquisição de mão-de-obra a custo ínfimo (PESSOA, 2010, p. 170)

O tratamento que as crianças pobres recebiam nos estados do Norte, durante a Primeira República, era semelhante ao tratamento que elas recebiam nos estados do Sul. No entanto, isto não significa dizer que as estratégias políticas para o atendimento deste segmento social fossem idênticas ou que a preocupação com a infância pobre tenha se desenvolvido de forma homogênea em todas as partes do território nacional. Como afirmamos anteriormente, a maior parte das pesquisas localizadas na BDTD aborda o tema nas capitais estaduais e na capital nacional e, consequentemente, o conhecimento existente sobre a infância pobre nas cidades do interior do Brasil ainda é incipiente.

Considerando o predomínio das capitais estaduais nas 19 obras listadas no **Quadro 1**, a pesquisa de Ribeiro (2018) sobre o Patronato Agrícola Visconde da Graça, ganha importância por destacar a situação das crianças pobres numa cidade do interior, e por ser a única pesquisa que fez das fotografias a principal fonte documental de análise. Ribeiro desenvolveu uma crítica da estética da infância pobre e estabelece um diálogo com a chamada História das Imagens por meio da interpretação de um conjunto de fotografias existentes no acervo do Patronato Agrícola Visconde da Graça e reconstitui o papel dos patronatos agrícolas no projeto educacional da Primeira República. O autor explorou o antagonismo entre os conceitos de barbárie e civilização e identificou a presença de ambos nas fotografias consultadas. Segundo Ribeiro, sua pesquisa buscou elaborar a "montagem de uma história imagética da infância pobre". Nesta história imagética foi possível identificar a ideia da pobreza como fraqueza e falta de virtude, e a antítese desta ideia, a existência de "projetos civilizatórios" que pretendiam recuperar a criança pobre por meio da educação e do trabalho.

Imprensa e Infância Pobre

No conjunto total de pesquisas selecionadas na BDTD sobre a infância pobre na Primeira República, constam diversos estudos que fazem uso da imprensa como fonte documental. Na maior parte dos casos, a imprensa foi usada como uma fonte complementar e as informações dela procedentes foram cruzadas com documentos da administração pública ou documentos institucionais. Dentro deste padrão de uso da imprensa como fonte documental, identificamos 3 exceções: a dissertação de Pinheiro (2013); a dissertação de Costa (2015) e a tese Pinheiro (2014). Elas foram reunidas nesta categoria temática porque fazem da imprensa sua principal fonte documental, e, neste aspecto, se diferenciam das demais pesquisas listadas no **Quadro 1.**

A dissertação de Pinheiro (2013) aborda a infância na imprensa paraense na primeira década do século XX por meio dos jornais *A Província do Pará* e *Folha do Norte*. O autor não fez da criança pobre o foco principal da sua pesquisa. Contudo, ela está contemplada, sobretudo pelas matérias que tratam do trabalho infantil e do diálogo estabelecido com o campo de estudos da História da Infância. Cruzando matérias dos dois periódicos, Pinheiro compôs um banco de dados com 39 peças (9 anúncios, 9 notícias, 15 propagandas e 6 exemplares da Galeria Infantil). A partir deste banco de dados e usando Bakthin como referencial teórico, o autor analisou os múltiplos discursos produzidos sobre a infância nas fontes consultadas. O método usado por Pinheiro na seleção e classificação dos documentos possibilitou identificar questões como os acidentes domésticos que lesionavam ou provocavam o óbito de menores de idade; os acidentes em locais de trabalho; os anúncios para contratação de menores de idade; o desaparecimento de crianças e a publicidade de produtos voltados para o público infantil, dentre outros.

Costa (2015) pesquisou a infância pobre na Paraíba a partir do jornal *A Imprensa*, periódico católico criado em 1897. O recorte cronológico adotado foi o decênio entre 1912 e 1922. Antes de adentrar na questão da infância pobre, a autora apresentou informações sobre a fonte documental consultada[9] (autores, periodicidade, público e posicionamento político) e abordou a importância da

[9]Segundo Costa (2015), a coleção completa do Jornal *A Imprensa* se encontra no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba.

imprensa para a Igreja Católica no Brasil da Primeira República. Usando Foucault como principal referencial teórico para análise das construções discursivas publicadas no jornal *A Imprensa*, Costa identificou quatro temas recorrentes nos discursos sobre a infância pobre. São eles: (1) a escolarização; (2) o assistencialismo; (3) o higienismo e (4) o discurso moral. Cabe ressaltar que, apesar de distintos, os quatro temas compartilhavam da preocupação com o destino das crianças pobres e ressaltavam a necessidade de ações para o enfrentamento dos problemas decorrentes da pobreza infantil – problemas que incluíam doenças, mortalidade precoce, criminalidade, prostituição e exploração do trabalho infantil.

Completando a categoria *Imprensa e Infância Pobre,* a tese de Pinheiro (2014) trata da difusão e discussão das ideias do jurista José Cândido de Albuquerque Mello Mattos na imprensa. Pinheiro reuniu e analisou matérias procedentes de diferentes periódicos, sendo a maior parte delas publicadas entre 1924 e 1933, período em que Mello Matos atuou como Juiz de Menores do Distrito Federal e dentro do qual redigiu o Código de Menores promulgado em 1927, documento que também é conhecido como Código Mello Matos. A pesquisa constatou que as ideias de Mello Mattos a respeito da necessidade de leis específicas para os menores de idade, assim como a sua opinião sobre criminalidade infantil, provocaram reações ambíguas na sociedade da época: de um lado, posicionaram-se adeptos da mudança jurídica proposta por Mello Matos e simpatizantes da sua intervenção mais efetiva do Estado no controle da criminalidade e do trabalho infantil, do outro, os críticos de uma legislação direcionada para menores classificados como “pobres” e “desviantes”. E, como demonstrou Pinheiro em sua tese, a imprensa concedeu um expressivo espaço para as discussões fomentadas pelo jurista Mello Matos – discussões que envolviam, dentre outros assuntos, a responsabilidade do Estado no atendimento das crianças pobres, a regularização do trabalho e aplicação de punições para menores infratores da lei.

Considerações finais

A composição de um panorama das pesquisas sobre a infância pobre na Primeira República foi um interessante exercício de observação dos fatores que

influenciam na construção do conhecimento acadêmico. No caso específico do conjunto de dissertações e teses coletado na BDTD, foi possível observar o uso recorrente das ideias de Michel Foucault na interpretação dos dispositivos de controle social e na análise dos discursos sobre a infância pobre. Outros autores como Mikhail Bakhtin, Pierre Bourdieu, Norbert Elias, Michel De Certeau e Roger Chartier também constam na lista de referenciais teóricos acionados pelos pesquisadores brasileiros, mas ocupam uma posição secundária. A existência de um predomínio do pensamento foucaultiano nas pesquisas que tratam da infância pobre no Brasil não pode ser algo naturalizado, ela é consequência das escolhas feitas pelos pesquisadores e, consequentemente, demanda uma reflexão crítica. Contudo, este tipo de reflexão excede os limites deste estudo.

Outro fator que influencia na produção acadêmica sobre a infância pobre no Brasil é a espacialidade das pesquisas. Do conjunto de 19 estudos consultados, apenas 3 abordam o tema em cidades do interior. Constatamos uma disparidade na distribuição espacial das pesquisas e que o tratamento que as crianças pobres e desvalidas recebiam nas cidades do interior ainda não recebeu a devida atenção dos pesquisadores. Diante desta contestação, acreditamos ser pertinente fomentar pesquisas sobre o tema em cidades do interior, ainda que isto implique na superação de adversidades como precariedade ou inexistência de arquivos históricos em diversas cidades brasileiras.

No que diz respeito aos procedimentos metodológicos adotados pelos pesquisadores, percebe-se uma certa homogeneidade. Todas as pesquisas possuem um marco cronológico e espacial fixado e a possuem um *corpus documental* pré-definido. Neste aspecto, é interessante observarmos que dissertações e teses, procedentes da área de Educação, usam com eficiência o método historiográfico, na medida em que selecionam fontes documentais, desenvolvem a crítica ao conteúdo e a intencionalidade dos documentos e estabelecem conexões entre o contexto social/político/cultural de uma determinada época e a documentação consultada. A interação entre pesquisadores da História e pesquisadores da Educação é produtiva para ambos. No caso dos historiadores que investigam a infância pobre, percebe-se um crescente interesse por questões mais próximas do campo da Educação,

como por exemplo, os métodos de ensino escolar, as ideias pedagógicas, a organização curricular e a cultura escolar.

As fontes documentais consultadas nas dissertações e teses coletadas na BDTD indicam o predomínio de três tipos de documentos no estudo da infância pobre na Primeira República. São eles: peças judiciais, sobretudo as procedentes do Juízo de Órfãos; matérias da imprensa e documentos administrativos das instituições asilares. Considerando a especificidade destes três tipos de documentos, mas sem perder de vista que eles não são incompatíveis – ao contrário, se complementam –, podemos afirmar que as pesquisas consultadas privilegiam três dimensões da infância pobre. A primeira dimensão é a condição da criança como sujeito/objeto de tutela, e, nesta condição, ela figurava como um ser juridicamente dependente de proteção e com um potencial para ser desenvolvido. A segunda dimensão contempla os discursos produzidos e (re)produzidos sobre a infância pobre nas páginas da imprensa, estes discursos – que também poderíamos chamar de representações, na concepção de Chartier –, influenciaram na opinião da sociedade e, particularmente, na opinião dos segmentos sociais letrados. A terceira dimensão desloca a criança pobre para dentro das instituições asilares, mas não elimina a visão depreciativa que a sociedade projetou sobre os menores desvalidos, fossem eles órfãos biológicos ou abandonados pelos pais. Dentro das instituições asilares, a criança pobre encontrava abrigo, alimentação e cuidados médicos, mas também encontrava uma disciplina rigorosa e muitas vezes sofria violências físicas e psicológicas.

Pouco sabemos sobre o que uma criança tutelada pensava sobre conviver com uma família estranha e pouco sabemos sobre o que sentiam as crianças recolhidas nos orfanatos ou nos patronatos agrícolas. Elas participavam da sociedade da Primeira República, mas participavam exercendo funções e papéis pré-definidos pelos adultos. E, nesta condição, eram silenciadas por serem crianças e depreciadas por serem pobres.

Referências

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Trad. Dora Flaksman. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1988.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BARROS, Gabriel Navarro de. **Órfãos pobres, desvalidos, "ingênuos ou menores?":** infâncias "perigosas" e a vigilância dos Juízos de Órfãos de Pernambuco (1888- 1892). Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

BASTOS, Ana Cristina do Canto Lopes. **Nas malhas do judiciário** = menores desvalidos em autos de tutoria e contato com órfãos em Bragança - SP (1889-1927). Tese de Doutorado em Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **Razões e práticas da teoria da ação.** Campinas/SP: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. Trad. de Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: EDUSP – Porto Alegre: Zouk, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. de Fernando Tomaz. 12 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BRAUDEL, Fernand. **Reflexões sobre a história.** São Paulo: Perspectiva, 1992.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV - XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

CARDOZO, José Carlos da Silva. **Enredos tutelares:** o Juizado de Órfãos e a (re)organização da família porto-alegrense no início do século XX. Dissertação de Mestrado em História, UNISINOS, São Leopoldo-RS, 2011.

CASTILHO, Matheus Henrique Obristi. **Liberdade vigiada:** tutelas e órfãos em Pindamonhangaba/SP (1888-1892). Dissertação de Mestrado em História, PUC-SP, São Paulo, 2018.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense, 1982.

CORRÊA, Liliane da Silva França. **A infância em processos judiciais em Belém do Pará:** da criminalidade aos discursos jurídico-assistencialistas para a educação do menor desvalido (1890-1930). Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

COSTA, Solanja Silva. **Em torno do berç**o: discursos sobre a educação da infância pobre parahybana no Jornal *A Imprensa* (1912-1922). Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

CHARTIER, Roger. **A utilização do objecto impresso.** Lisboa: Difel, 1998.

DEL PRIORE, Mary**. História da criança no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador:** formação do Estado e civilização. v. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador:** uma história dos costumes. v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização e Tradução de Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. 34. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A Verdade e as Formas jurídicas.** Rio de Janeiro: Nau Editora, 2003.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

KUHLMANN JR., Moysés**. Infância e educação infantil:** uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

MARCÍLIO, Maria Luíza. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MOURA, Esmeralda Blanco B.; AREND, Silvia Maria Fávero. Um norte em comum: infância no sul do Brasil na produção historiográfica brasileira. In: CARDOZO, José Carlos da Silva; CESAR, Tiago; SILVA, Jonatha Fachini; *et. al.* (Orgs.). **História das crianças no Brasil Meridional.** São Leopoldo: OIKOS, 2016, p. 37-57.

MOURA, Vera Lúcia Braga de. **A invenção da infância***:* as políticas públicas para a infância em Pernambuco (1906-1929). Tese de Doutorado em História. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

MUNIZ NETO, João Silveira. **Em defesa da sociedade***:* práticas de tutela à menoridade na Fortaleza Belle Époque. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

MURAMOTO, Miriam Fernandes. **Assistência e educação***:* as iniciativas católicas na educação paulista no início do século XX. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

PESSOA, Alba Barbosa. **Infância e trabalho dimensões do trabalho infantil na cidade de Manaus (1890-1920)**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

PINHEIRO, Welington da Costa. **A infância nas páginas de jornal***:* discursos (re) produzidos pela imprensa paraense na primeira década do século XX. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

PINHEIRO, Luciana de Araújo**. O magistrado paternal**: o Juiz Mello Mattos e a assistência e proteção à infância (1924-1933). Tese de Doutorado em História das Ciências e da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2014.

PINHEIRO, Welington da Costa. **O Instituto Orfanológico do Outeiro**: assistência, proteção e educação de meninos órfãos e desvalidos em Belém do Pará (1903-1913). Tese de Doutorado em Educação. Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

REZENDE, Ivana Otto. **Os órfãos da Cidade do Látex (1897-1923***)*. Dissertação de Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Amazonas, Manaus 2012.

RIBEIRO, Angelita Soares. **Imagens embriagadas**: a cruzada das crianças – Barbárie e reencantamento do mundo. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

RIZZINI, Irene (org.). **Olhares sobre a criança no Brasil- século XIX e XX**. Rio de Janeiro: Amais, 1997.

SABINO, Elianne Barreto**. Infância pobre e educação no juízo de órfão do Pará (1870-1910)***:* acolher, proteger, cuidar e educar "os filhos do estado". Tese de Doutorado em Educação. Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

SCREMIN, João Valerio. **Pobre coração de Maria** = assistência e educação de meninas desvalidas em fins do século XIX e início do século XX. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2009.

SILVA, Bárbara Damasco da. **A policlínica das crianças da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro:** filantropia e saúde (1909-929). Dissertação de Mestrado em História das Ciências e da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2015.

VIANNA, Adriana de R. B. **O mal que se adivinha.** Polícia e menoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

VIEIRA, Marina Tucunduva Bittencourt Porto. **Asilo de órfãos de Santos**: assistência à infância desvalida 1889-1914. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Católica de Santos, Santos, 2006.

Recebido em Setembro de 2020
Aprovado em Novembro de 2020

DOI: *https://doi.org/10.14295/rbhcs.v12i24.11993*